

**Texto publicado no Livro Escola do Campo e textos, Editora Unijuí, organizado por Tânia Maria F. Braga Garcia, Leilah Santiago Bufren e Marcos Gehrke, em 2016.**

## **AS CARTILHAS DO AGRONEGÓCIO NAS ESCOLAS DO CAMPO: a pedagogia do capital**

Marlene Lucia Siebert Sapelli – UNICENTRO

*As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas: a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material, uma vez que se apossa dos homens.*

*Marx*

A escola representa um espaço de contradição, de tensões, de disputa e de enfrentamento. Não há neutralidade na ação educativa engendrada na mesma, pois o projeto de educação está intimamente relacionado com o projeto de sociedade, mas não se efetiva sem a resistência de uma parte dos trabalhadores em educação, a cumplicidade de outros e a ação alienada de alguns. Segundo PISTRAK (2003, p. 23) “(...) a ideia de uma educação apolítica ou neutra não passa de uma hipocrisia da burguesia, um meio de enganar as massas”.

Os materiais utilizados nas escolas também não apresentam neutralidade, nem na forma, nem no conteúdo. O **texto** tem por objetivo analisar o conteúdo de cartilhas do agronegócio, a saber: *Coleção Agrinho* (SENAR e parceiros) e *Projeto Escola no Campo* (Syngenta), na perspectiva de explicitar como as instituições que organizam ou patrocinam essas publicações, adentram os espaços escolares, propondo o estudo de conteúdos que defendem um modelo de campo vinculado ao agronegócio, porém, apresentando-os de forma ideológica. Apesar disso, por meio de parcerias com prefeituras, secretarias de educação e educadores desencadeiam um processo de leitura e trabalho com textos nelas presentes, em geral, de forma acrítica. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise das referidas cartilhas.

Como afirmamos inicialmente, para realizar as análises a que nos propusemos nessa pesquisa, partimos do pressuposto de que não há neutralidade na ação educativa, pois, ela é definida a partir de interesses sociais, econômicos, étnicos, religiosos,

políticos e que, estando inserida na sociedade capitalista, inevitavelmente tem a marca de ‘classe’ (SAPELLI, 2013). Para realizar diferentes processos educativos, os educadores buscam apoio em materiais diversos, como: cartilhas, livros, jornais, revistas e outros. Nessa perspectiva, entendemos que os materiais utilizados para concretizar a ação educativa e o processo de formação de professores, orientados para utilizá-los consolidando os objetivos para os quais foram construídos, são forjados por meio de um processo de tencionamento e de correlação de forças, que definem seu conteúdo e sua forma.

Para compreendermos essa constatação, a análise do contexto no qual estão inseridas as escolas que consolidam os processos em questão, torna-se elemento indispensável para explicitar os determinantes, os sujeitos, os interesses que os definem. Como as escolas que usam as cartilhas em questão, na sua grande maioria, estão inseridas no campo, apresentamos a seguir o contexto do mesmo, indicando algumas características do processo de acirramento do capitalismo.

Historicamente, o campo brasileiro é marcado pela concentração de terra, pela consolidação de um processo de modernização conservadora e de exploração dos trabalhadores. Isso se desdobra em várias questões e assume, atualmente, uma complexidade bastante difícil de ser compreendida e desvelada. Segundo Stédile (2013), algumas tendências do capital na agricultura são: controle pelo capital financeiro; controle do capital internacional sobre as economias periféricas; concentração do controle da produção e do comércio de produtos agrícolas; concentração do domínio do conhecimento científico, da pesquisa e das tecnologias aplicadas à agricultura na mão de poucas empresas; privatização dos bens da natureza; concentração da propriedade da terra; padronização da produção; primarização da economia; desnacionalização da propriedade da terra; precarização das condições de trabalho. Oliveira (2013) ratifica essas questões, indicando também o aumento dos índices de violência e o número de conflitos no campo; a concentração dos financiamentos para poucos, dentre outros aspectos. As características explicitadas pelos autores indicam o campo como espaço de luta de classes, portanto, de disputas, de tensões. O capitalismo impõe aos sujeitos do campo as mesmas exigências que impõe aos sujeitos dos espaços urbanos. Apesar disso, foi forjada uma aparente dicotomia entre a vida desses sujeitos. Dicotomia essa que não existe, mas enfatiza uma suposta divisão da classe trabalhadora que se encontra em um ou em outro espaço, produzindo a vida.

Esses elementos que caracterizam a vida no campo são combinados, muitas vezes, com um projeto de educação que contribui para a formação de sujeitos acríticos, portanto, não resistentes; tecnicamente competentes, mas politicamente inofensivos; que tenham consenso sobre essa forma de sociabilidade. Essa preocupação está presente já nos primeiros anos de escolarização. Para que se avance nesses objetivos uma das estratégias é a aliança firmada entre setor privado e setor público, ou seja, entre as empresas que, supostamente, organizam a produção capitalista no campo e os segmentos do Estado (na esfera municipal, estadual e federal), especialmente, mas não só, ligados à educação escolar.

Nessas parcerias uma das consequências é a adoção de materiais produzidos pelos intelectuais empenhados em produzir conhecimento, socializando-o em cartilhas que chegam até as escolas e que se caracterizam pela presença de elementos da educação na perspectiva do capital. Segundo Mészáros (2006, p. 263)

[...] além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas *habilidades* sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de *valores* no interior do qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais reificadas sob o capitalismo não se perpetuam *automaticamente*. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares *interiorizam* as pressões externas.

O autor nos remete a refletir sobre a educação como mediação de segunda ordem, uma vez que, em geral, contribui significativamente para a alienação. Não se trata, portanto, simplesmente de criar estratégias para desenvolver habilidades, competências e domínio da ciência, mas também de produzir nos sujeitos o convencimento sobre as possibilidades de desenvolvimento e sucesso no interior do capitalismo, como modo de organização social possível de ser humanizado.

É com esse objetivo que o Estado se une aos empresários, financiando e/ou proporcionando acesso aos espaços de educação em escolas públicas, para implementar a educação na perspectiva do capital. São exemplos disso, dentre outros, a parceria do Estado com o SENAR, com a multinacional DowAgroSciences e outros para produzir e socializar as cartilhas do Programa Agrinho e do Estado com a Syngenta para implementar o Projeto Escola no Campo. A seguir analisamos as duas propostas.

## **O Programa Agrinho**

O Programa Agrinho é apresentado, no livro intitulado *Alguns fios para entretecer o pensar e o agir* (TORRES, 2007, p. 3), como

o maior programa de responsabilidade social do Sistema FAEP, resultado da parceria entre SENAR-PR, FAEP, o governo do estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento, os municípios paranaenses e diversas empresas e instituições públicas e privadas.

O SENAR foi o principal agente de divulgação do Programa. Segundo o que consta no site oficial (<http://www.senar.org.br/quem-somos>), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, foi criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite; integrante do chamado Sistema S, tem como função cumprir a missão estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural.

Nos símbolos apresentados na capa final do livro (TORRES, 2007), a única empresa privada que é explicitada é Dow AgroSciences que, segundo informações apresentadas no seu site oficial (<http://www.dowagro.com/br/nossa/missao.htm>), é uma empresa multinacional e uma das líderes do mercado mundial de Agroquímicos, com sede na cidade de Indianápolis, em Indiana, nos Estados Unidos; que indica ter como missão inovar no que é essencial ao progresso humano, fornecendo soluções eficientes e sustentáveis aos nossos clientes e defende como valores a integridade, respeito às pessoas e proteção ao Planeta. Ao analisarmos o conteúdo da cartilha, podemos perceber claramente quão ideológica é essa indicação, pois, apesar de apresentar elementos ligados a essa perspectiva, insistentemente o conteúdo do livro em questão é organizado para responder ao problema da contaminação da população por agrotóxicos, o que já é anunciado no primeiro capítulo do livro, o que revela a admissão da preocupação não com o não uso dos agrotóxicos mas com a busca de paliativos para as consequências do seu uso. Isso sim interessa, pois, a empresa é líder mundial na produção e venda de vários agrotóxicos que tem inúmeras consequências prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Alguns desses produtos são: Aminamar (herbicida), Tracer (controle de insetos), Aterbane (espalhante adesivo, ativador de herbicidas), BIM 750 (fungicida), Combine\* 500 SC (herbicida), Lorsban\* 480 BR (inseticida-

acaricida), que nas suas bulas indicam muitos efeitos colaterais, de irritação cutânea à morte (ver <http://www.dowagro.com/br/produtos/agro/>).

Torres (2007) explica que o Programa Agrinho teve início em 1995 e estava vinculado aos “temas transversas”, priorizando a temática ambiental, mas posteriormente relacionando-a a outras temáticas como Cidadania, Trabalho e Consumo, Temas Locais e Civismo; em 1996 foi implantado em cinco municípios do Paraná em escolas públicas municipais e estaduais; com a nucleação das escolas do campo, o Programa foi levado também às escolas da cidade. Segundo a autora, o Programa foi avaliado e reelaborado várias vezes.

A versão de 2007 era composta de nove materiais destinados aos estudantes (um para cada ano do Ensino Fundamental de 9 anos) e dois aos professores (com orientações gerais e propostas metodológicas). Na apresentação do Programa, feita por Torres (2006), no capítulo intitulado *A trama do conhecimento*, encontramos elementos que indicam a relação do mesmo com o processo de construção de implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a partir da experiência realizada na Espanha, no final dos anos 1980, que tinha como indicação o trabalho com temas transversais, com a pedagogia de projetos, sustentado nos quatro pilares, apresentados por Jacques Delors à UNESCO, a saber: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Posteriormente foi incluído o quinto pilar, o aprender a empreender. Esses mesmos elementos podem ser percebidos no conjunto de cartilhas, na versão de 2007.

Tanto nos materiais para os professores como nos dos estudantes, encontramos indicação de trabalho com várias questões: higiene, sexualidade, solo, lixo, saúde, poesia, música, artes visuais, alimentos, poluição, drogas, água, sustentabilidade, preconceito, relações humanas e outras. Apesar das cartilhas serem organizadas de forma didática e criativa, o conteúdo apresentado, mesmo para os anos finais do Ensino Fundamental é aligeirado e superficial, não permitindo um conhecimento profundo e amplo das questões propostas. *A questão dos agrotóxicos, apesar de não ser anunciada como central, aparece em vários trechos de textos. Há também a indicação, mesmo que aligeirada, de alternativas como a agricultura orgânica*, utilização de espécies resistentes, adubação verde, rotação de cultura e diferentes épocas de plantio, bem como capina e controle biológico. Isso não ganha o mesmo destaque que a indicação do uso dos agrotóxicos como algo dado, necessário; assim, são apresentadas orientações para o uso adequado de agrotóxicos.

No material do professor há um capítulo (páginas 349 a 367) sobre agrotóxicos, abordando leis, história, efeitos dos agrotóxicos na saúde, no ambiente, classificação, uso e armazenamento adequado. O mesmo não ocorre nos materiais fornecidos aos estudantes, nos quais a ênfase recai na utilização adequada dos mesmos. Um exemplo disso é a Cartilha 9, na página 18 na qual se afirma que “O grande desafio é destinar corretamente as embalagens vazias dos agrotóxicos. O correto é lavá-las três vezes e devolvê-las aos fabricantes, depositando-as nos postos de coleta indicados na nota fiscal”.

Outro aspecto relevante da proposta é a adoção do empreendedorismo no contexto do desenvolvimento sustentável, apresentando-o como alternativa ao capital.

O termo empreendedor é originalmente uma palavra francesa derivada da expressão *entreprendre*, que significa ‘tentar’, ‘comprometer-se a’ ou simplesmente ‘empreender’. De acordo com Casson (1987), o termo foi introduzido nas ciências econômicas por Richard Cantillon em 1755. No entanto, foi através de J. B. Say, no início do Século XIX, que a expressão tornou-se de fato conhecida, referindo-se à pessoa que movia recursos econômicos de qualquer natureza, de uma área de menor retorno, para uma área de maior produtividade e melhores resultados (Drucker, 1985). Assim, a palavra ‘empreendedorismo’ foi cunhada em inglês (*entrepreneurship*) no início do Século XX, para referir-se às ações conduzidas pelo empreendedor, tornando-se uma expressão bastante comum no meio econômico, especialmente após os anos 1980 (MAMEDE, s/d, p. 4)

A perspectiva do empreendedorismo oculta a irracionalidade do capitalismo, pois sugere que as soluções para a exclusão ou para a destruição do meio ambiente se encontram no âmbito pessoal e podem ser produzidas pela criatividade individual. Quando essa perspectiva é levada para as escolas, transforma-se em pedagogia empreendedora, ou seja, em uma pedagogia do capital.

O conteúdo e a forma que compõem as cartilhas do Programa, segundo Arl (s,d), contribuem para reforçar o modo de produção atual. O autor apresenta vários aspectos para ratificar esse entendimento: o programa não questiona a lógica do capital e trata os problemas decorrentes do capitalismo como desvios, possíveis de serem corrigidos; evidencia o uso de agrotóxicos como fato consumado e indica orientações para a adequação no seu uso; ao referir-se aos transgênicos, evidencia benefícios e associa os problemas ao uso irresponsável; não problematiza suficientemente a questão da biodiversidade; não propõe e nem trata da agroecologia; não trata da soberania e segurança alimentar; não reconhece a agricultura familiar e sua importância; incentiva a

competição ao promover concursos e distribuir prêmios; não reconhece os Movimentos Sociais do Campo e sua atuação em prol da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Para incentivar os professores a implementar o Programa, foram realizados vários concursos de desenho e redação. Na versão 2014, a premiação era tablet, notebook para estudantes e professores, vencedores do concurso. Isso contribuiu para articular estratégias de competição entre as escolas, entre professores e estudantes.

Em 13 de março de 2014, o Ministério Público do PR, manifestou-se contrário à formalização do Termo de Cooperação a ser celebrado como SENAR/PR (Protocolo 92/2014), inclusive, recomendando a retirada da logo marca do Ministério Público do Estado do Paraná, do site oficial do Programa Agrinho, no qual a instituição aparecia como parceira e apoiadora do referido Programa. O documento foi assinado por Saint Clair Honorato Santos, Procurador de Justiça. As razões apresentadas foram:

- Por se tratar de um Programa de Responsabilidade Social, o mesmo distancia-se das políticas públicas de Educação e não se compromete com a realidade vivida, pelo seu público de interesse;
- A formação de educadores é de alçada e competência do poder público, em suas instâncias e não cabe a entidades, de qualquer natureza, a intervenção neste processo.
- Do ponto de vista do ferramental pedagógico os materiais utilizados apresentam qualidade visual, no entanto, do ponto de vista metodológico o processo de avaliação e as práticas não correspondem com a proposta pedagógica adotada bem como, a base conceitual é descaracterizada da realidade vivida no campo;
- A estratégia de resultado e avaliação ocorre por meio de um sistema de premiação tanto para professores quanto para alunos, favorecendo princípios competitivos não condizentes com valores dos temas abordados em questão;
- Além das questões acima mencionadas, o agrinho omite conteúdos importantes como a agroecologia, soberania e segurança alimentar, agricultura familiar, biodiversidade dos agroecossistemas, e outros aspectos importantes relacionados à funcionalidade e fertilidade dos sistemas, fundamentais para a qualidade de vida e sustentabilidade futura. Contraditoriamente incorpora mensagens subjetivas e até mesmo objetivas muito mais voltadas à racionalização do uso de agrotóxicos do que uma efetiva conscientização ecológica para uma perspectiva de superação dos mesmos, conforme análise em anexo.
- O fazer pedagógico não se dá apenas por meio da aplicação de métodos e técnicas, mas principalmente por um posicionamento crítico que se estabelece numa formação diferenciada e comprometida com as transformações sociais e avanços conquistados por meio das organizações e movimentos sociais do campo.
- distancia-se das políticas públicas de educação do campo e das diretrizes previstas na Deliberação Nº 04 de 12 de novembro de 2013 que trata das Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal 9.795/99 e Resolução CNE/CP 02/2012.

Mesmo após esse posicionamento, em fevereiro de 2015, no site do SENAR, o Ministério Público continuava sendo indicado como Parceiro.

Para implementar o Programa, o SENAR/PR em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, ofereceu, em 2011 um processo de formação de professores a distância sobre Agrinho. O Curso teve carga horária de 40 (quarenta) horas/aula, com certificação válida para progressão. Isso representa uma estratégia importante para garantir a adesão dos professores.

### **O Projeto Escola no Campo**

No segundo caso, do Projeto Escola no campo, a empresa financiadora é a Syngenta que, segundo informações do site oficial (<http://www.syngenta.com/country/br/pt/quemsomos/Pages/HomeQuemSomos.aspx>), é uma organização de âmbito mundial, fortemente comprometida com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que garanta a segurança alimentar da população e a conservação dos recursos naturais; conta com mais de 26 mil colaboradores, em 90 países, dedicados ao propósito de trazer o potencial das plantas para a vida. Segundo consta no mesmo site, o nome Syngenta tem um significado muito especial: "syn" vem do grego e está relacionado a sinergia e síntese, integração e consolidação de forças, enquanto "genta" se refere à humanidade e aos indivíduos. Logo, Syngenta é a tradução de "aproximar as pessoas". É um nome que reflete o potencial da empresa. Tal explicação revela-se contraditória em relações às atividades realizadas pela empresa, especialmente as relacionadas com a produção de produtos como: DEMAND 2,5 CS (inseticida); Cymperator (inseticida); ACTELICPROF 50 EC (inseticida) e outros, que, de acordo com as bulas disponíveis no site oficial da empresa, podem causar distúrbios sensoriais cutâneos até culminar em casos fatais.

O Projeto Escolas no Campo foi iniciado em 1991, em parceria com a secretaria estadual de educação do estado de São Paulo e depois foi ampliado para outros governos municipais, estaduais e universidades. Por esse projeto, a Syngenta recebeu o Prêmio Empresa Amiga da Criança, da ABRINQ (empresa que se apresenta como defensora dos direitos das crianças).

A Cartilha, feita de material de alta qualidade, utiliza a figura do Curupira, personagem do folclore brasileiro para apresentar o conteúdo. O material é organizado



de forma ideológica, pois tenta mascarar a realidade. A sequência de temas, inicialmente, levam a entender que a empresa tem uma preocupação séria com o meio ambiente. Os primeiros temas são: A natureza e o homem; Como pode ser escassa se tem tanta?; A sujeira está no ar; Energia: limpa ou suja, não dá para viver sem ela; Solo: ele é tão seu quanto o chão de sua casa; Ecossistema: é favor não desequilibrar; Viver para comer ou comer para viver?; É preciso haver comida para todos; Como a agricultura começou?; Agricultura no Brasil – uma história de crescimento; O setor rural é um mundo. Até o capítulo 11 o conteúdo é colocado na perspectiva da conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente. A partir do capítulo 12, os temas mudam: Ataque à vista; Os agrotóxicos: o segredo é usar certo; A segurança está nos detalhes; Fechando com chave de ouro.

A estratégia utilizada é a mesma do SENAR, na cartilha analisada anteriormente. Também os objetivos não são diferentes. O foco acaba sendo a negação de um modelo de produção que não use agrotóxicos, portanto, a indicação de um modelo de produção que expressa a irracionalidade do capitalismo, a primazia do lucro sobre as questões humanas e ambientais. Usar o errado adequadamente resolve o problema na perspectiva tanto da Dow AgroScience como da Syngenta, que são multinacionais a serviço do agronegócio, verdadeiros monopólios na agricultura, determinadas a produzir diferentes tipos de agrotóxicos.

A entrada nas escolas públicas, especialmente do campo, também se dá pela via das Secretarias Municipais de Educação, que são pressionadas por outras secretarias dos municípios que fazem, em geral, parcerias com as cooperativas locais do agronegócio. Em 2014, por exemplo, tivemos num município do Paraná, o pedido de demissão de um secretário municipal de educação, por não aceitar a implementação desse tipo de Programa nas escolas municipais. Nesse mesmo município encontrei em escolas da rede municipal uma placa com os seguintes dizeres:

Figura 1 – Foto de placa fixada em escola municipal



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Causou-nos estranheza, a parceira anunciada na placa, com a organização internacional *Save the Children*, dedicada a apoiar projetos para garantir os direitos das crianças, que atua em mais de 120 países (<http://www.savethechildren.orgsite>) e com a Fundação Abrinq, que é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes e também representante da *Save the Children*, no Brasil (<http://www.fundabrinq.org.br>). Tal constatação nos leva a questionar os fins anunciados por tais empresas ao anunciar sua preocupação com o bem estar das crianças.

Para estimular a participação das escolas, a Syngenta também realizou concursos de frases e desenhos.

Analisando os dois materiais, podemos perceber vários pontos convergentes. O primeiro diz respeito à forma de apresentação da questão do uso dos agrotóxicos. Tanto num material como no outro, a apresentação da indicação do uso dos agrotóxicos, é feita de forma ideológica, ou seja, mascarando a realidade. Isso é articulado com a inclusão de temas que se referem à preservação ambiental, à saúde, à conscientização, com textos construídos de tal maneira que levam ao entendimento que é possível a superação da contradição trabalho-capital, no interior do capitalismo, conciliando os interesses das multinacionais que produzem agrotóxicos com a preservação ambiental, com a saúde e a valorização dos sujeitos.

Outro aspecto é como esses dois materiais entram nas escolas. As multinacionais vendem seus produtos a cooperativas, a empresas que são vinculadas às secretarias do comércio e da indústria, da agricultura, que por sua vez, ao fazerem acordos com as mesmas, aceitam a condicionalidade de levar os projetos 'de responsabilidade social' para serem implementados pelas secretarias de educação (municipais e estaduais). Esse processo encontra solo fértil nessas secretarias que, ou são cúmplices ou são coagidas a executar os projetos.

Um terceiro aspecto comum são os fundamentos dessas propostas, pautadas na pedagogia do capital, ou seja, socializa conhecimentos úteis aos interesses do capital, com a adoção de metodologias e conteúdos alienantes. Também tem em comum o fato de usar a estratégia da premiação para incentivar professores e estudantes a participar.

### Alternativas de materiais que representam enfrentamento à lógica do capital

O uso das cartilhas em questão não se dá pela falta de outros materiais que trabalhem as questões da produção no campo numa perspectiva diferente, que se contraponha ao uso de agrotóxicos, ao desrespeito com a natureza, à monocultura. Os movimentos sociais e outras instituições têm produzido vários materiais que poderiam servir de apoio para o trabalho dos educadores das escolas do campo. São alguns exemplos disso:

Quadro 1 – Materiais alternativos

Referência	Quem produziu	Do que trata
HOELLER, Silvana Cássia; SILVA, Valentim da. <b>Transição Agroecológica</b> . Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013	Valdemar Arl - - Engenheiro Agrônomo, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável e, Administração Rural, Mestre em Agroecologia - Doutorando em Agroecologia - consultor autônomo; professor no Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia da UnC/ Concórdia - membro fundador da Rede Ecovida de Agroecologia.	História da agricultura, transição agroecológica, solo, biodiversidade, segurança alimentar, organização popular e transformação social
PINHEIRO, Sebastião. <b>Cartilhas dos biocombustíveis</b> . Canoas, RS: Salles, 2007.	Sebastião Pinheiro	Trajetória histórica para se chegar à produção do biocombustível e impactos
VIA CAMPESINA BRASIL. <b>A natureza do agronegócio no Brasil</b> . Brasília, DF: Via Campesina, 2006	Via Campesina	História da organização capitalista da agricultura brasileira e a natureza do agronegócio

XAVIER, Leonardo Pereira. <b>Cartilha horta agroecológica.</b> Laranjeiras do Sul: Techs, 2010. CEAGRO/SETI	Leonardo Pereira Xavier	História da produção de hortaliças, biodiversidade, solo, adubos orgânicos, plantio
ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; LIMA, Jônia Rodrigues de. <b>Direito humano à alimentação e terra rural.</b> Curitiba: Comunicare, 2008.	Plataforma Dhesca Brasil que tem entre suas entidades filiadas vários movimentos sociais	Direito à água, à terra rural, à alimentação
LISBOA, Marijane; BARROS, Juliana Neves. <b>Direito humano ao meio ambiente.</b> Curitiba: Comunicare, 2008.	Plataforma Dhesca Brasil que tem entre suas entidades filiadas vários movimentos sociais	Meio ambiente e direitos humanos; legislação nacional e internacional sobre proteção do meio ambiente; problemas ambientais
VIA CAMPESINA. <b>Agroecologia, soberania alimentar e cooperação.</b> 10ª. Jornada de Agroecologia. Caderno de Educação. 2010	Setores de Educação, de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST	Agricultura e técnicas agrícolas; agroecologia e soberania alimentar; cooperação e luta
DAMBRÓS, Olivo; ARL, Valdemar (consultores). <b>Transição agroecológica em sistemas familiares de produção.</b> Construindo desenvolvimento social, econômico e ambiental. Francisco Beltrão, Kayganguê, 2009.	Agência de desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e União das Cooperativas da Agricultura Familiar Solidária	História da agricultura, diversificação da produção, transição agroecológica
VIA CAMPESINA. <b>Biodiversidade e Reforma Agrária.</b> Curitiba: Popular, 2006	Vai Campesina	Contexto da agricultura; economia brasileira; governo Lula, agricultura camponesa e reforma agrária no Brasil
MPA/PR. <b>Energias Renováveis.</b> Possibilidades de Produção e uso nos sistemas camponeses de produção. Laranjeiras do Sul: MPA/PR, 2009.	Movimento dos Pequenos Agricultores	Diferentes tipos de energia, informações gerais e técnicas sobre energias renováveis, seu uso, sua produção e outros
PRIMAVESI, Ana. <b>O solo tropical.</b> Casos – perguntando sobre o solo. São Paulo: MST, 2009	Ana Primavesi/MST	Ecologia e problemas sociais; alimentação, transgênicos, produto orgânico; drenagem, agricultura convencional e orgânica, e outros.

PRIMAVESI, Ana. <b>Cartilha do solo.</b> Como reconhecer e sanar seus problemas	Ana Primavesi/MST	Como conhecer seu solo e sua saúde; agroecologia; quando as pragas atacam os campos; a agricultura da não-violência e outros
KFFURI, Carolina Weber. <b>Caderno das nossas plantas medicinais.</b> Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2011	Universidade Federal de Viçosa em parceria com o CNPq	Colheita, secagem e uso de plantas medicinais

Fonte: quadro organizado pela autora.

### Considerações finais

Os materiais analisados são apenas dois exemplos dos muitos que encontramos nas escolas no que se refere ao uso de materiais produzidos na perspectiva dos empresários. Temos ainda os materiais produzidos pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas) para divulgar nas escolas a pedagogia empreendedora; os materiais do POSITIVO<sup>1</sup>, que atendem às exigências dessa perspectiva e outros. Isso explicita a presença da pedagogia do capital e a parceria público-privada firmada para implementá-la nas escolas públicas.

Isso exige questionarmos se os educadores que as aceitam e/ou utilizam são executores alienados, cúmplices ou se há os que resistem e se contrapõem a essa ação engendrada solidariamente por essas empresas e pelo Estado.

Os materiais são parte das estratégias das diferentes classes ao formular diferentes propostas de educação. Cêa (2007, p. 38) entende que a educação formal é objeto de disputa social.

A educação formal, como dimensão constitutiva desse processo de adaptação psicofísica no capitalismo, constitui-se num objeto de disputa social, no qual cada uma das classes formula proposta e desenvolve ações, visando sustentar e viabilizar seus respectivos projetos sociais.

---

<sup>1</sup> O Sistema Positivo foi criado em 1970, como curso preparatório para o vestibular, depois passou a ser Colégio ofertando Ensino Fundamental e Médio. Nesse processo foi criada a Distribuidora Positivo para fornecer materiais didáticos aos conveniados. Em 1980 já possuía 120 escolas conveniadas, ou seja, atendia a 40 mil educandos. Em 1990 investiu na área de informática e recebeu certificado ISO 9001. Em 1999 criou a Unicenp e passou a oferecer 18 cursos de graduação. O Sistema Positivo é composto de: livro didático integrado; Portal Positivo; assessoria pedagógica e em Gestão escolar; Hábile (sistema de avaliação Positivo). Publica ações das conveniadas e orientações na Revista Atividades e Experiências (dados disponíveis no site oficial do Sistema Positivo).

Os educadores são capazes de produzir outros materiais e vincular-se aos sujeitos coletivos que defendem os interesses da classe trabalhadora enquanto classe para si e do meio ambiente. Os cursos de formação inicial e continuada de professores podem ser transformados em espaços para a produção desses materiais, bem como de aproximação entre os educadores em formação e esses sujeitos coletivos. Isso ampliaria a possibilidade de potencializar nas escolas processos de formação mais crítica e de tomada de consciência sobre as contradições da realidade.

Mészáros (2006) entende que pode haver uma transformação radical da educação, que poderia deixar de ser “mero instrumento da hegemonia burguesa” e passar a ser um “órgão de autodesenvolvimento e automediação consciente” que inspire os indivíduos a produzirem “segundo as suas verdadeiras capacidades humanas” (p.230). Essa transformação exigiria, então, materiais que respondessem a tais objetivos da educação.

## **Referências**

CÊA, Geórgia. S. dos S. (org.) **O Estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 90. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

DAMBRÓS, Olivo; ARL, Valdemar (consultores). **Transição agroecológica em sistemas familiares de produção**. Construindo desenvolvimento social, econômico e ambiental. Francisco Beltrão, Kaygangue, 2009.

HOELLER, Silvana Cássia; SILVA, Valentim da. **Transição Agroecológica**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

KFFURI, Carolina Weber. **Caderno das nossas plantas medicinais**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2011.

LISBOA, Marijane; BARROS, Juliana Neves. **Direito humano ao meio ambiente**. Curitiba: Comunicare, 2008.

MAMEDE, Ronney Robson. **Educação Em Empreendedorismo Como Fator de Desenvolvimento Econômico:** uma Proposta Para o Município de Campo Grande-MS. s/d. Disponível em [http://www.oei.es/etp/educacao\\_empreendedorismo\\_fator\\_desenvolvimento\\_economico.pdf](http://www.oei.es/etp/educacao_empreendedorismo_fator_desenvolvimento_economico.pdf). Acesso em 5 de dezembro de 2014.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006

MPA/PR. **Energias Renováveis.** Possibilidades de Produção e uso nos sistemas camponeses de produção. Laranjeiras do Sul: MPA/PR, 2009.

OLIVEIRA, Arioval Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil.** O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINHEIRO, Sebastião. **Cartilhas dos biocombustíveis.** Canoas, RS: Salles, 2007.

PISTRAK, Moisey Mikhailovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** 3 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular: São Paulo. 2003.

PRIMAVESI, Ana. **Cartilha do solo.** Como reconhecer e sanar seus problemas. São Paulo: MST, 2009 a

\_\_\_\_\_. **O solo tropical.** Casos – perguntando sobre o solo. São Paulo: MST, 2009 a

STÉDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In: \_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil.** O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TORRES, Patrícia Lupion. A trama do conhecimento. IN: \_\_\_\_ (org). **Alguns fios para entretecer o pensar e o agir.** Curitiba: SENAR-PR, 2007.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert Sapelli. **Escola do Campo – Espaço de disputa e de contradição:** análise da Proposta Pedagógica das Escolas Itinerantes do Paraná e do

Colégio Imperatriz Dona Leopoldina. Doutorado. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013. 331p.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Brasília, DF: Via Campesina, 2006.

VIA CAMPESINA. **Biodiversidade e Reforma Agrária**. Curitiba: Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. 10ª. Jornada de Agroecologia. Caderno de Educação. 2010.

XAVIER, Leonardo Pereira. **Cartilha horta agroecológica**. Laranjeiras do Sul: Techs, 2010. CEAGRO/SETI.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; LIMA, Jônia Rodrigues de. **Direito humano à alimentação e terra rural**. Curitiba: Comunicare, 2008.

#### **Dados biográficos:**

Marlene Lucia Siebert Sapelli, educadora de 51 anos de idade, mestre e doutora em Educação, trabalha e pesquisa na área da Educação, desde 1975. Atualmente pesquisa na área de currículo e políticas públicas (especialmente em relação às propostas de educação no campo). É docente da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (Guarapuava). Tem trabalhado desde 2003 com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Compreende que é impossível engendrar uma proposta educativa desvinculada de um projeto social